

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA PERSPECTIVA DO DIREITO DO TRABALHO

SANTOS, Edgard Vieira dos* e CASSIANO, Emiliana Cristina de Souza Célice**

Resumo

Este artigo trata do estudo da importância dos princípios para a Ciência do Direito, tanto em referência à produção das normas, quanto sua interpretação. Direciona a análise do princípio da dignidade da pessoa humana por si só e também na perspectiva do direito do trabalho, enfatizando questões recentes do direito do trabalho material como o processual, sob o prisma de referido princípio.

Palavras chave: princípios, princípio da dignidade da pessoa humana, direito do trabalho.

Introdução

Analisar primeiramente a importância dos princípios na Ciência do Direito, tanto na fase que precede a edição das normas, quanto na sua interpretação é de relevo, principalmente numa época e num ramo do direito que se exige cada vez mais o lançamento de normas autônomas, sem descuidar das heterônomas referentes a um direito categorizado.

O objetivo precípua deste artigo é analisar o princípio da dignidade da pessoa humana, primeiramente por si só, e após; sob a perspectiva do direito do trabalho, quando serão verificadas a sua transcendência e sua mutação, sem contudo, descuidar de sua essência e parte de seu histórico.

A análise será vislumbrada em conexão com os direitos humanos, do qual não podemos desvincular do liame que os une, principalmente porque a evolução do direito do trabalho está intimamente ligada à história dos direitos humanos e, por conseguinte, a desenvoltura do princípio em epígrafe está também ligada a tais setores do direito.

Após a elaboração do estudo apartado, o princípio será enfocado em face de recentes problemas do direito do trabalho, verificando alguns dos seus aspectos atuais não só o material como o processual.

1) A importância dos princípios na Ciência do Direito:

Princípio em toda e qualquer ciência é proposição mínima em que se deve assentar os demais fundamentos desta mesma ciência, dando-lhe organicidade e contemplando uma estruturação, conferindo-lhe caráter de prevalência na análise conjuntural.

A definição do que seja princípio é mencionada por Celso Antônio Bandeira de Mello. Leciona a definição de princípio voltada à ciência do direito, ou seja, averba especificamente a função de um princípio alocado à ciência que estuda. No entanto, sua magistral lição, guardadas as devidas proporções, pode ser invocada para toda e qualquer tipo de ciência. Menciona o precitado jurista (2006, p. 902/903):

Princípio – já averbamos alhures – é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência exatamente por definir a lógica e racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a intelecção das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.

A utilização dos princípios jurídicos é de grande valia na busca do sentido e aplicação de normas jurídicas, principalmente na forma e qualidade da produção legislativa atual, quando mais do que nunca, a ótica da norma através dos princípios mostra-se de essencial importância para o intérprete não desviar das conexões do sistema como um todo. Os mesmos argumentos valem em relação à produção jurisprudencial dos nossos tribunais.

A influência dos princípios é de essencial importância, mormente em face das discussões postas à mesa em relação às súmulas vinculantes. A

desconsideração dos alicerces da ciência do direito, que são os princípios, podem levar a um trabalho jurisprudencial casuístico e desconectado do sistema, principalmente no campo do direito do trabalho, onde atualmente, por pressão do setor empresarial e da pífia desenvoltura da criação de empregos que rondava os noticiários até certo tempo, temos a enganosa sensação que a tão falada desoneração da produção passa pelo sacrifício de apenas uma das partes, naquilo que se chama flexibilização.

Independentemente da discussão sobre súmulas vinculantes, a jurisprudência trabalhista tem se firmado no escopo de redução do número de recursos e, muitas vezes, abusando da edição de súmulas e orientações jurisprudenciais, distanciando-se de princípios basilares do direito e até mesmo da mais singela interpretação literal, como a Súmula n. 377 do TST.

Em menção à edição de leis, verifica-se uma produção legislativa abundante e voltada a setores e situações transitórias e muitas vezes alijadas do sistema ao qual deveriam pertencer, com a criação de normas tão complexas e desprovidas de segurança jurídica, colaborado pelo desapego a princípios mais elementares. Normas que, utilizando-se de certa coloquialidade, não pegam, a exemplo podemos citar o contrato de trabalho em regime de tempo parcial (art. 58-A da CLT). Roque Antonio Carrazza (1996, p. 29) aduz que:

Segundo nos parece, princípio jurídico é um enunciado lógico, implícito ou explícito, que, por sua grande generalidade, ocupa posição de preeminência nos vastos quadrantes do Direito e, por isso mesmo, vincula, de modo inexorável, o entendimento e a aplicação das normas jurídicas que com ele se conectam.

Na análise da importância geral dos princípios jurídicos, relevantes funções ostentam na integração das normas. A Lei de Introdução ao Código Civil traz em seu art. 4º um rol, com o fito de integração das normas, suscitando preferência à ordem que ali estabelece. Menciona a analogia, os costumes e princípios gerais de direito.

Em que pese, ser colocado por último no rol, os princípios gerais de direito guardam função essencial nesta atividade de integração normativa. A analogia pode ser a legal (*analogia legis*) e a jurídica (*analogia juris*). A primeira, de fácil aplicação, é a utilização de norma preexistente ao caso semelhante já legislado. Não há que se confundir com a interpretação extensiva.

Já a *analogia juris*, vale-se para o seu intento, da doutrina, jurisprudência, princípios específicos da área do direito tratada e os princípios gerais de direito para efetivar a aplicação da norma de forma sistêmica.

Esta última forma, de maior uso e dissidência em nossos tribunais e a que traz maior polêmica no meio

jurídico, pois a classificação da preponderância desses elementos gera discussões em nível doutrinário e jurisprudencial para obter a interpretação mais condizente da perspectiva do intérprete.

Da análise, observa-se a importância dos princípios que, embora elencados por último no rol da Lei de Introdução do Civil, conhecida também como lei das leis, emana ser uma das fontes mais importantes no auxílio do intérprete das leis, uma vez que também é auxiliar da analogia jurídica e também está elencada de forma autônoma naquele mesmo rol.

O diploma processual civil colige em seu art. 126 os mesmos elementos integrativos já mencionados, e também aplicáveis em seu âmbito de incidência, arrimando a proibição do *non liquet* no direito nacional. Explicando: não pode o juiz eximir-se de julgar alegando falta de norma ao caso concreto.

Ainda, o mencionado diploma traz nova forma de integração da norma que é a equidade aplicável somente por meio de permissivo legal (art. 127 do CPC).

A equidade pode ser enfocada sob dois pontos de vista, um sob a ótica grega de Aristotéles e outro sob a ótica do direito romano. A primeira forma trata de um processo de acomodação da norma já existente para aplicação ao caso concreto. Já a segunda forma, trata-se da criação de nova norma para aplicação ao caso concreto. O Código de Processo Civil (art. 127) autoriza seu uso somente nas situações previstas em lei. Também a CLT traz no seu art. 8º a previsão do uso naquela seara do direito, bem como o Código de Defesa do Consumidor nos artigos 7º e 51, inciso IV.

Nas situações mencionadas, ao juiz é autorizada a aplicação da equidade da escola grega, isto é, proporcionará uma adequação da legislação já existente, aplicando-a ao caso concreto com o uso de elementos que atendam o sentimento e necessidade de justiça para a situação posta sob seu exame e julgamento. A ele, juiz, não é dado legislar para o caso concreto, diferentemente do que preconiza a diretriz romana.

Em face da possibilidade conferida por lei, exsurge a importância dos princípios, tanto os gerais do direito, como também os específicos às áreas do direito. Na aplicação da equidade, a utilização de princípios jurídicos e outros até não jurídicos, ajudará o julgador a resolver controvérsias, talvez aproximando a solução ao ideário de justiça, no sentido de dar a cada um aquilo que é seu, conforme o ideal de Justiniano e o de Rui Barbosa, em relação ao seu pensamento sobre isonomia.

Rubens Limongi França (apud, BARROS, 2006, p. 152) em lição de hermenêutica ensina:

O princípio da justiça é o da equidade, segundo o qual deve-se dar a cada um aquilo

que lhe pertence. É esse princípio que rege o estabelecimento das leis. Sucede que a vida sóciojurídica não é composta de casos gerais, mas de diversos casos concretos, não sendo suficiente para atendê-los a simples justiça que se encontra na lei.

O trilhar por esta via é muito relevante para aplicação do direito do trabalho que, em não poucas ocasiões, apresentam casos ímpares, onde o esforço do julgador para solucionar o caso concreto é atenuado pelo permissivo colocado pela CLT em seu art. 8º, instrumentalizando o julgador com uma ferramenta importante para o cumprimento de sua missão.

Diante da importância de alguns princípios na estruturação do direito, mesmo que uma norma, formalmente perfeita, seja lançada no ordenamento jurídico, mas violadora de princípios essenciais para o direito, acolmatadas como verdadeira norma-princípio - como o que nos dispomos a estudar - e norteadores do Estado Democrático de Direito, é possível sua repressão por meio do controle de constitucionalidade que a Constituição Federal oferta.

José Afonso da Silva (1994, p. 163), em estudo sobre a terminologia direitos fundamentais e inspirado em estudo de Pérez Luño, asseverou a existência de várias expressões com o mesmo intuito e revela a que entende a mais adequada:

Direitos fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada a este estudo, porque além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretizam em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas.

A Constituição Federal de 1988 é um divisor entre o Estado desvinculado faticamente das questões relativas aos direitos humanos e um novo Estado que, em tese, valoriza o cidadão, lançando a dignidade da pessoa humana como um dos seus alicerces, protegendo-a em vários dispositivos, principalmente reservando título específico para os direitos e garantias fundamentais e, mais do que isso, erigiu o princípio da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, estampando-o já no seu primeiro artigo.

Ainda avançando, o constituinte derivado, valendo-se da Emenda Constitucional n. 45/2004 acrescentou o parágrafo terceiro ao art. 5º da referida Carta. Dispositivo este que prevê a possibilidade de tratados e convenções internacionais referentes a direitos humanos integrarem o ordenamento jurídico pátrio com força de emenda constitucional, desde que observadas as exigências que elenca, demonstrando com isso que a preocupação com a pessoa humana, não se restringia àquele momento eufórico de transição consagrado com a Carta de 1988 e sim o cumprimento de um dos objetivos lançados na

mesma Carta, transpondo as fileiras do programatismo constitucional.

2) Novas diretivas sociais da produção legislativa:

Pode até parecer um paradoxo a assertiva mencionada neste tópico, já que o direito em si tem sido pensado com o fito de reger as diversas relações entre os particulares e entre estes e o Estado, mas nem sempre foi assim, conforme se verá ao decorrer deste ensaio.

A produção legislativa atual tem direcionado a essência das leis ao conteúdo social - em que pese muitas delas estarem dissociadas de um sistema - facilmente verificável em recentes e importantes legislações, como no Código de Defesa do Consumidor, Novo Código Civil. Outras existem em tramitação que despertam acaloradas discussões, principalmente as que subsidiam as tão questionadas ações afirmativas do Estado, como exemplo a lei de cotas nas universidades.

Importante frisar, a total troca de norte do atual Código Civil, deixando de ter um caráter essencialmente patrimonialista, voltando-se agora a um caráter evidentemente social. Neste diapasão, Cristiano Chaves de Farias (2003, p. 116), após exposição sobre a dignidade da pessoa humana em relação aos direitos da personalidade menciona:

Destas idéias, exsurge lícita a conclusão de que o Direito Civil não pode mais assegurar apenas o direito à vida, mas, necessariamente, deve reconhecer direito à vida digna.

Destas observações extrai-se a ilação de que o homem é o fim da norma, é ele a razão do Estado. Verifica-se, com isso, a observância sistêmica da Constituição Federal. Quando ela erigiu o homem como um dos seus objetivos a serem alcançados, realçando-o em vários dos seus dispositivos, destinando título específico aos direitos fundamentais e reservando capítulo específico aos trabalhadores, sem contar outros esparsos.

E assim seguiu a legislação infraconstitucional, como o atual Código Civil em seu art. 421, quando menciona a função social do contrato, prestigiando assim o homem em sociedade, visto no todo e atribuindo preponderância a estes valores. Poderia ser lançado entre os princípios que regem os contratos, além dos referentes à probidade e boa-fé, o relativo à dignidade da pessoa humana.

Mas, com razão o legislador, pois não haveria suma necessidade de lançá-lo na legislação infraconstitucional, uma vez que já é princípio básico inserto no art. 1º, inciso II da CF, considerado verdadeiro fundamento da República Federativa do Brasil e a ele toda legislação infraconstitucional deve obediência. Esta diretiva constitucional deve ser observada tanto pelo aplicador das normas, assim como na sua fonte produtora; o que nem sempre ocorre, valendo-se de rótulos de amplitude inferior ao princípio em comento.

3) O princípio da dignidade da pessoa humana:

Dentro da divisão entre princípios gerais de direito e princípios específicos de cada área, o princípio em exame está inserto na categoria de princípio geral de direito, uma vez que é especificamente um princípio constitucional dirigente e a ele toda legislação infraconstitucional deve obediência, é um supraprincípio. Sua importância transmuda-se em todos os setores do direito, pois o homem é o fim do Estado e não o contrário e a função essencial das normas é regular a relação dos homens com o Estado e dos homens entre si.

Não é possível conceituar o que é dignidade da pessoa humana, podemos dizer que estamos perante um conceito indeterminado em palavras, mas podemos dizer que há um senso geral do que seja, sem contudo, determiná-la. A variação de conceitos também é variável, dependendo dos setores das ciências humanas (filosofia – política e sociologia). A noção dela, dignidade, também pode ser variável de comunidades, áreas de trabalho, classes, religiões, etc. Dentro destas variantes, há casos de senso comum, ou seja, as unanimidades, que certamente maculam a dignidade da pessoa, seja em que setor estiver. Mas, não podemos excluir as demais e considerarmos somente as atividades que atingem o senso comum como indignificantes do ser humano.

Há que ser considerado casos específicos, dando relevância a uma série de fatores, como hoje é a tendência, principalmente no frenesi atual, nem tanto atual, que são as ações de dano moral. Muitas vezes, o aplicador da norma se depara com situações que para certa pessoa é evidente o surgimento do dano moral, e certo que se a mesma situação envolvesse pessoa diversa, trataria apenas de um dissabor. Tal dificuldade pode se avultar significativamente nas relações de trabalho, diante das especificidades do caso concreto, como carreiras, tipo de serviço, aferir o grau de assédio, caso tenha ocorrido, e uma série de minúcias relevantes e norteadores da constatação da lesão da referida dignidade.

A doutrina do dano moral está alinhavada ao princípio da dignidade da pessoa humana, despreendendo-se daquele velho pensamento do sofrimento físico, que acompanhou a evolução do princípio em epígrafe, derivado da linha evolutiva dos direitos humanos e do trabalho, disciplinas que trilham um histórico concomitante e muitas vezes imiscuindo-se uma nas outras.

Certo também que o princípio da dignidade da pessoa humana tem como fundamento jurídico outro princípio, que é o da igualdade, ou seja, o direito a um tratamento igual aos demais. Não significa com isto cancelar certas condutas pelo fato do tratamento ser inadequado a todos, valendo-se do mencionado princípio da igualdade e também não estamos aqui falando de uma igualdade formal. Maria Celina Bodin de Moraes (2006, p. 120/121) nos ensina:

[...], que essa espécie de igualdade, exclusivamente formal, era insuficiente para atingir o fim desejado, isto é, não privilegiar nem discriminar, uma vez que as pessoas não detêm idênticas condições sociais, econômicas ou psicológicas. Adotou-se, então, normativamente, uma outra forma de igualdade, a chamada igualdade substancial, cuja medida prevê a necessidade de tratar as pessoas, quando desiguais, em conformidade com a sua dignidade; essa passou a ser a formulação mais avançada da igualdade de direitos.

Hoje a dignidade da pessoa humana transpassa somente o sofrimento físico, atingindo também o sofrimento da alma, isto é, a psique e a intelectualidade do indivíduo. Esta linha evolutiva não foi somente social, como também foi acompanhada por meio das legislações, principalmente quanto ao fenômeno da internacionalização dos direitos humanos, disseminando tais diretivas em vários países. Resguardou-se assim os direitos da personalidade do indivíduo, com proteção em âmbito constitucional e infraconstitucional.

3.1) Dignidade da pessoa humana, direitos humanos e direito do trabalho:

Como já mencionado em linhas anteriores, a evolução histórica dos direitos humanos, em algum ponto confunde-se com a evolução do direito do trabalho, estando intimamente ligadas, principalmente do século XVIII em diante. Às cercanias do sexagenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, observa-se que esta legislação dos povos teve grande colaboração do direito do trabalho. A dignidade, apesar de difícil conceituação, como já mencionado, alcança patamares mínimos, isto é, o senso comum.

E por ser assim, o trabalho escravo não fugia da repulsa comum, posteriormente (percorridas as três fases: Escravidão - Servidão e Corporação) já numa nova fase da Revolução Industrial, o trabalho extenuante, incluindo crianças e mulheres, onde o trabalhador era visto como objeto multiplicador de capital, sem observações de limitações e direitos, tendo somente direito ao salário para um número ilimitado de horas, independentemente de sua condição.

Neste contexto em diante é que surge tecnicamente o Direito do Trabalho, entrelaçando-se então com a evolução dos direitos humanos, pois até então a preocupação era com as ignomínias físicas e liberdade, revelando os anseios de liberdade, numa fase mais adiante classificada de direitos fundamentais de primeira geração. Maurício Godinho Delgado (2004, p. 86) assevera que: “O Direito do Trabalho é, pois, produto cultural do século XIX e das transformações econômico-sociais ali vivenciadas”.

Logicamente o homem alcançou com sua luta vitórias importantes, principalmente com a criação da OIT

(Organização Internacional do Trabalho), verificou-se uma evolução heterogênea, com países alcançando o ápice do respeito à dignidade da pessoa humana nas relações de trabalho, enquanto outros ainda apresentam a forma de trabalho mais odiosa, que é a escravidão, como é o caso do nosso país, onde não é incomum verificar incursões do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, acompanhados pela Polícia Federal, libertando pessoas verdadeiramente escravizadas em fazendas no interior do Pará, conforme noticiou o sítio da Fenajufe (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal e Ministério Público) na internet, em 09.01.2007 sobre as operações realizadas no ano de 2006, ano em que foram libertadas 3.200 pessoas do trabalho escravo.

Em pleno século XXI, são encontradas pessoas em tais condições desumanas, padrões exercitando *truck system*, a falta de total apreço ao ser humano e nenhum respeito com a legislação trabalhista, corroborado também pela ineficiência do Estado na implementação de métodos inibidores de tal prática, como o confisco dos imóveis rurais, uma vez que não cumprem sua função social (art. 186, inciso III da CF), em que pese a existência de Proposta de Emenda à Constituição (PEC n. 438/2001).

Atualmente, uma das poucas sanções que há é a existência de uma lista conhecida como lista suja, onde são cadastrados empregadores enquadrados como escravagistas, restringindo o acesso ao crédito em bancos oficiais. Tal lista continha até 28.12.2006, 178 componentes, fora outros 30 que tiveram seus nomes excluídos por força de liminar, conforme noticiou o sítio mencionado em linhas anteriores em 09.01.2007.

O período posterior à segunda guerra mundial foi de notável importância para a internacionalização dos direitos humanos. Diante daquele quadro estabelecido e pelo sistema nazi-fascista já tão propalado em relação à pessoa humana, com total aviltamento e desrespeito ao ser humano; com o findar da guerra, observou-se a necessidade de resgatar o respeito à pessoa humana, época em que o homem e sua proteção, mais do que nunca, transformou-se em assunto de interesse internacional e não apenas comunitário, inclusive, contando com os préstimos da OIT para o resgate das mazelas demonstradas durante o período de guerra.

Não foram poucos os Estados que a partir daí dedicaram em suas constituições atenção à dignidade da pessoa humana, da mesma forma que o art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas em 1948, menciona o referido artigo:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Atualmente nos deparamos com blocos de nações, formando comunidades e, nesta mesma diretriz o homem é o fim, como menciona a recente Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia que prevê em seu primeiro artigo: “

A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida.

J.J. Gomes Canotilho (1998, p. 221) ao comentar a dignidade da pessoa humana que fundamenta a república Portuguesa, sustenta que:

Perante as experiências históricas da aniquilação do ser humano (inquisição, escravatura, nazismo, stalinismo, polpotismo, genocídios étnicos) a dignidade da pessoa humana como base da República significa, sem transcendências ou metafísicas, o reconhecimento do *homo noumenon*, ou seja, do indivíduo como limite e fundamento do domínio político da república. Neste sentido, a República é uma organização política que serve o homem, não é o homem que serve os aparelhos político-organizacionais.

Nosso Estado segue este mesmo diapasão e apresenta na sua Carta Constitucional dispositivos importantes para a dignificação do ser humano e especifica alguns para a categoria dos trabalhadores, como os mencionados no art. 7º. Temos a inserção de dispositivo possibilita, por exemplo, a participação do trabalhador na divisão de lucros e resultados (inciso XI), desvinculado da natureza salarial. O que forma interessante paradoxo, ao mesmo tempo em que temos no Estado brasileiro trabalho escravo, temos trabalhadores recebendo décimo-quarto e até décimo-quinto pagamentos.

O Brasil apresenta características também paradoxais, ainda apresenta uma centralização de pólos industriais próximos à faixa litorânea, guardando resquícios ainda de uma fase na nossa história afeta ao incremento das exportações, acresça-se a isto o parco desenvolvimento e reparação das vias de escoamento da produção e outros fatores, resultando em densidade demográfica diversa, com forte concentração nas regiões sul e sudeste e verdadeiros vazios demográficos por algumas regiões do país.

Sem contar o problema educacional e sindicatos com grande força representativa e financeira e sindicatos sem representatividade alguma. Todos estes paradoxos levam à extrema dificuldade de efetivação daqueles comandos constitucionais diretivos de proteção à pessoa, principalmente a do trabalhador, situação que só permite o aprofundamento abissal entre capital e trabalho.

O entrave capital-trabalho é secular, hoje, como será que o trabalhador é visto pelo capitalista, principalmente numa sociedade onde o desemprego galopa a passos largos, com numerosa oferta de mão-de-obra, principalmente a não qualificada. Difícil divergir da opinião de Fábio Konder Comparato (2003, p.23/24):

Analogamente, a transformação das pessoas em coisas realizou-se de modo menos espetacular, mas não menos trágico, com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Como denunciou Marx, ele implica a reificação (*Verdinglichung*) das pessoas; ou melhor, a inversão completa da relação pessoa-coisa. Enquanto o

capital é, por assim dizer, personificado e elevado à dignidade de sujeito de direito, o trabalhador é aviltado à condição de mercadoria, de mero insumo no processo de produção, para ser ultimamente, na fase de fastígio do capitalismo financeiro, dispensado e relegado ao lixo social como objeto descartável.

O tratamento respeitoso alcançando atualmente em alguns níveis de relação de trabalho, não foi conquistado numa luta isolada do direito do trabalho pátrio. Com a internacionalização destas questões por colaboração da OIT, mas também pela aliança existente de tal setor com os direitos humanos, o Brasil, com a colaboração da Carta de 1988, adentrou às discussões internacionais acerca dos direitos humanos, apesar de datar do ano de 1984 o início do processo de incorporação de tratados internacionais de direitos humanos pelo Direito brasileiro, com a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, em 1º de fevereiro de 1984.

Conforme já averbado, a maior dificuldade atual, talvez seja efetivar aqueles comandos constitucionais de proteção ao trabalhador, fazendo retirar deles o caráter programático, fazendo-os virar realidade, demonstrando que hoje a dignidade da pessoa humana não está somente afeta ao sofrimento físico e também não está somente afeta ao pão. Ele mesmo, legislador constituinte, talvez tenha pensado nos requisitos básicos para o trabalhador ter uma vida digna quando lançou aquele rol extenso de necessidades que o salário mínimo deve atender. (artigo 7º, inciso IV da CF/1988).

3.2.) Indisponibilidade e transcendibilidade da dignidade da pessoa humana.

Embora imaterializável, uma das principais características de tal princípio é sua irrenunciabilidade pelo detentor, ou seja, a pessoa humana não poderá abrir mão de tal direito mínimo, precedente até mesmo a direitos inatos. O livre arbítrio da pessoa sofrerá restrições na tentativa de disposição da própria dignidade. Neste setor, o sujeito terá sua conduta refreada na prática de atos que ferem o senso comum de dignidade.

A relação do ser humano com sua própria dignidade, quando toma certos contornos, encontrará óbices interpostos pelo Estado com o intuito de controlar tais condutas, na tentativa de assegurar um patamar mínimo civilizatório, principalmente nas relações de trabalho, selando tal direito com o caráter da inegociabilidade, independentemente se for negociação individual ou coletiva.

Defender a indisponibilidade, afigura-se-nos com maior razão diante da transcendibilidade de referido direito. A dignidade transpassa a pessoa de seu detentor, tornando-se coletiva. A defesa dela não interessa somente àquele que a teve aviltada, mesmo que não seja um grupo

de pessoas determinado. O desrespeito, mesmo que somente de uma pessoa, viola todo um interesse social e isto vale para todos os setores do direito.

O raciocínio é o mesmo válido para violações ao meio ambiente, com a utilização da ação civil pública com base no art. 81, parágrafo único, primeiro inciso do Código de Defesa do Consumidor. Mesmo que haja o aviltamento da dignidade da pessoa humana, considerada a pessoa individualmente e assim reconhecida em sentença judicial, a defesa de tal dignidade poderá ser feita de forma individual e, na sua omissão, caberia a um dos legitimados no art. 5º da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública) a propositura da ação cabível, por ser este também um direito difuso. E nisto consiste a transcendibilidade, isto é, a ofensa a tais direitos não diz respeito somente ao ofendido, mas a sociedade como um todo, transcende à própria pessoa, mesmo na sua inércia, os legitimados poderão agir no intuito da inibição e reparabilidade, sem imiscuir-se nos direitos da personalidade do indivíduo.

Evidentemente não estamos aqui falando de qualquer violação, como um dano moral, e sim de casos violadores do senso comum e que atendam certos requisitos, ainda faltando a palavra exata, diferentemente da esfera penal que encontrou a palavra hediondo como significado de barbárie. Pode ser citado o caso dos colhedores de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto/SP, quando vários meios de imprensa denunciaram a investigação existente de possíveis mortes ocasionadas pelo fastígio de longas horas de trabalho no corte da cana, em condições que desnecessitam aqui mencionar, motivados pelo auferimento de maiores salários, uma vez que o mesmo é medido pela produção.

A atenção processual aos direitos humanos, também foi recentemente revelada pela introdução do incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, conforme menciona o parágrafo quinto do art. 109 da CF. Interessante questão será o caso de grave violação dos direitos humanos decorrentes da relação de trabalho. Em que pese o mencionado dispositivo não fazer menção a tipos de processos (penal, civil, trabalhista, etc). A questão envereda-se pelo princípio da especialidade, cabendo à Justiça do Trabalho, sem a utilização do mencionado incidente em situações relacionadas à sua competência.

3.3.) Dignidade da pessoa humana e alguns temas atuais de direito do trabalho.

Não é de hoje o surgimento no cenário nacional de setores, principalmente o empresarial clamando por reformas trabalhistas, afirmando a necessidade da tão falada desoneração da produção, principalmente em face do fenômeno asiático chamado China, que apresenta, conforme notícia os meios de imprensa fantásticos índices de crescimento.

A mencionada insatisfação, pode enfatizar uma estagnação de alguns setores produtivos motivados pela oneração da produção, ocasionados principalmente pelos encargos decorrentes da relação de trabalho, o que não é uma verdade absoluta.

A carga tributária gerada em decorrência de vínculo empregatício, não é motivada e nem gerida pelo trabalhador ou por seus sindicatos, e sim pelo governo. A desoneração produtiva não pode mais atingir diretamente a classe de trabalhadores, como já atingiu pelo avanço da tecnologia e a criação da figura do parassubordinado, ocasionando um vultoso número de desempregados, que de certa forma, passam a ser o argumento ideal das teses flexibilizantes.

O direito do trabalho passa por uma não silenciosa transição dogmática, não se restringindo às relações fáticas, mas também na confecção legislativa. Só para citar, a Constituição Federal de 1988 extinguiu a estabilidade decenal, relativizou a irredutibilidade salarial, desvinculou lucros e resultados de salários, posteriormente reduziu a prescrição do rurícola. Em relação às normas infraconstitucionais, surgiu a compensação através de banco de horas para minimizar o adicional de horas extras, a nova lei de falência e recuperação de empresas limitou a 150 salários mínimos o privilégio do crédito trabalhista, o restante passa a ser quirografário, também altera o entendimento sobre sucessão de empresas, mencionando que o novo adquirente não assume o passivo trabalhista; sem contar outras normas para manutenção de empregos e desoneração da produção.

Comparações são realizadas constantemente entre a legislação trabalhista pátria e a de países em elevado nível de desenvolvimento humano, enveredando sempre para a necessidade da flexibilização, atribuindo maior peso ao negociado e não o legislado. No entanto, se quer saímos do programatismo constitucional, onde menciona-se que o salário mínimo supriria inúmeras necessidades pessoais e familiares. Enveredar pelos caminhos da flexibilização é fácil, basta somente adequar os salários aqui pagos às mesmas necessidades que são atendidas em países mais desenvolvidos.

Dignidade também é pecuniária, Luiz Antônio Rizzatto Nunes (2002, p. 49), bem menciona:

Mas acontece que nenhum indivíduo é isolado. Ele nasce, cresce e vive no meio social. E aí, nesse contexto, sua dignidade ganha - ou, como veremos, tem o direito de ganhar - um acréscimo de dignidade. Ele nasce com integridade física e psíquica, mas chega um momento de seu desenvolvimento que seu pensamento tem de ser respeitado, suas ações e seu comportamento - isto é, sua liberdade -, sua imagem, sua intimidade, sua consciência - religiosa, científica, espiritual - etc., tudo compõe sua dignidade.

Analisar nossa legislação somente do ângulo que somente interessa o setor produtivo, esquecendo-se dos níveis salariais e sua abrangência, como acesso a moradia, educação, saúde e tantas outras necessidades é interessante para somente aquele setor. Certamente, o trabalhador estará disposto a tratar deste tema flexibilização, desde que flexibilizem seu salário e tenha acesso a uma educação material e não a formalmente oferecida pelo governo, porque ela é base do pensar do raciocínio para atingir a exata consciência, descrita linhas atrás no excerto de Fábio Konder Comparato e a nossa sociedade saia da atual visão que tem, onde dar emprego atualmente parece um favor imensurável.

Nem tudo são agruras na evolução do direito do trabalho, a dignidade da pessoa humana deixa de ser vista somente do sofrimento físico, passando a ser analisada também do ponto de vista psíquico e intelectual. Mas, no Brasil, os direitos da personalidade foram buscar seu fundamento fora das leis trabalhistas, a base de tais direitos está descrito em vários incisos do art. 5º da CF. Daí em diante, passou-se a um avanço na repressão quanto ao assédio moral, sexual, formas odiosas de discriminações no trabalho. Emmanuel Teófilo Furtado (2006, p.32) em ensaio sobre o tema aduz que:

O norte há de ser aquele que indica para a postura de que o indivíduo deve ceder lugar ao todo até o momento em que não venha a ser escoriado o valor da pessoa humana, a saber, a plenitude do homem enquanto homem, posto que, sempre que se aspirar olvidar a esfera da personalidade, estar-se-á aberto para a consumação de conduta arbitrária.

Entretanto, o desemprego ainda alimenta a importunação ofensiva no ambiente de trabalho.

Ainda recentemente, no campo processual, a celeridade processual passou a ser direito fundamental do indivíduo. De relevo tal introdução, principalmente em face da natureza das verbas discutidas no processo do trabalho, quase sempre de caráter alimentar. Certo que a morosidade na solução definitiva leva muitas vezes ao descrédito das instituições e a renúncia de boa parte dos créditos, ou seja, a morosidade virou instrumento de pressão sobre o necessitado.

Neste intento, recentes reformas, principalmente a processual civil, foram implementadas, visando atender àquele dispositivo constitucional. O processo de execução foi substancialmente alterado, o que trará consequências para o processo do trabalho, pois, muitas vezes, é dele que se abebera o processo trabalhista.

E mais uma vez será necessário o uso de princípios para solucionar possíveis discussões, por certo que a referida Lei n. 11.382/2006, que altera dispositivos do CPC, trouxe temas que suscitarão novos debates, a exemplo do novel inciso X do art. 649 que trata da impenhorabilidade de até 40 salários mínimos depositados em caderneta de poupança, principalmente

na seara juslaboral e em razão da natureza do crédito mencionado no art. 100, § 1º-A, avizinando-se um verdadeiro conflito de direitos.

CONCLUSÃO

O uso dos princípios é de essencial cooperação para a Ciência do Direito, não só na sua operacionalidade, como também na sua melhoria, contribuindo para uma produção legislativa desapegada do casuísmo e edificada sobre os alicerces constitucionais.

O princípio da dignidade da pessoa humana é de destaque. Na verdade, posiciona-se como um supraprincípio, nos quais os demais dele emanam. Consolidado em lutas heróicas e por meio das grandes mazelas humanas, trilhou ao lado do direito do trabalho, encontrando-se em dado momento da história e não se desconectando jamais.

A dignidade humana não é somente uma preocupação individual, transpassa a pessoa do indivíduo, pode-se dizer até que ela é um bem social e indisponível. Trilhou caminhos, passou pelo sofrimento físico e não só ali permaneceu, passou a outros setores da personalidade humana como o psíquico e a intelectualidade. Embora, caminhe em passos lentos, passa por todos os setores da personalidade do indivíduo e talvez, entre nós, mostre um dia que emprego não é favor, e que é somente mais um dos elementos para a aquisição da plena dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed.. São Paulo: Editora LTr, 2006.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Malheiros, 1996.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e**

Teoria da Constituição. 3. ed.. Coimbra: Editora Almedina, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

COUTINHO, Aldacy Rachid et al. **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 3. ed., 3ª tiragem. São Paulo: Editora LTR, 2004.

FARIA, Cristiano Chaves de. **Direito Civil - Parte geral**. 1. ed.. Salvador: Editora Jus Podium, 2003.

FURTADO, Emmanuel Teófilo. **Sentido Ontológico do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Trabalhador**. Revista de Direito do Trabalho. São Paulo: Editora RT, vol. 121, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 20. ed.. São Paulo: Editora Malheiros, 2006.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. 1. ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 9. ed., 4ª tiragem. São Paulo: Editora Malheiros, 1994.

* Analista Judiciário, Área Execução de Mandados, lotado VT de Penápolis. Especialista em Direito do Trabalho pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba/SP.

** Analista Judiciário, Área Execução de Mandados, lotada VT de Penápolis. Especialista em Direito do Trabalho pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba/SP.